

Cidadania e trabalho no direito à cidade: um estudo do condomínio parque das águas em juiz de fora

Marina Barbosa Pinto^{*}
Mariana Deister Dias Barbosa^{**}
Rhayssa Kyaya Neves Lopes^{***}

Resumo

O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa “Cidadania e trabalho no direito a cidade – um estudo do condomínio Parque das Águas – PMCMV – Juiz de Fora” coordenado pela Prof^a Dr^a. Marina Barbosa Pinto (FSS/UFJF), que visa identificar a relação entre trabalho e cidadania tendo como recorte de estudo o acesso a moradia no loteamento em Juiz de Fora. A pesquisa tem articulação com o Núcleo de Geografia, Espaço e Ação (NUGEA) da Universidade Federal de Juiz de Fora, que vem desenvolvendo o projeto “O programa Minha Casa Minha vida na realidade de uma cidade média: impactos no ordenamento urbano e na (re)definição das identidades territoriais dos jovens residentes”, sob a coordenação da Prof^a. Dr^a. Clarice Cassab, no qual a professora e uma das alunas estiveram inseridas.

Palavras-chave: habitação; cidadania; trabalho.

Citizenship, work and the right to the city: a study of Parque das Aguas condominium em Juiz de For a city

Abstract

This present article shows the results towards the research “Cidadania e trabalho no direito a cidade – um estudo do condomínio Parque das Águas – PMCMV – Juiz de Fora” coordinated by Prof. Dr. Marina Barbosa Pinto (FSS/UFJF), which aims to identify the relationship between work and citizenship focusing on the access to housing in the subdivision at Juiz de Fora. The research has links with the Nucleo de Geografia, Espaço e Ação (NUGEA) of the Federal University of Juiz de Fora, which is developing the project “O programa Minha Casa Minha vida na realidade de uma cidade média: impactos no ordenamento urbano e na (re)definição das identidades territoriais dos jovens residentes” coordinated by Prof. Dr. Clarice Cassab, on which the professor and one of her students were inserted.

Keywords: housing; citizenship; work.

Recebido em: outubro de 2015
Aprovado em: dezembro de 2015

^{*}Professora Associada no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação da UFJF (NuGea).

^{**} Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

^{***} Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Política habitacional: breves anotações

O “Programa Minha Casa Minha Vida” é, até hoje, o maior programa habitacional implantado no Brasil, já tendo realizado a construção de 1,68 milhão de moradias até abril de 2014, de acordo com a Caixa Econômica Federal¹. Até o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), a política habitacional vinha passando por problemas de fragilidade institucional e descontinuidade administrativa, o que impossibilitava a diminuição do alto déficit habitacional.

No que concerne ao nosso estudo, tomamos como referência de análise a Questão Habitacional como uma das expressões da Questão Social que foi se tornando objeto de intervenção estatal ao longo do século XX e assumimos como recorte temporal inicial a década de 1970, que no Brasil demarcava a consolidação do primeiro Sistema Financeiro e Banco Nacional de Habitação. No início regime militar, em 1964, ocorreu o lançamento do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que visava a captação de poupança de longo prazo advindos do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) possibilitando o financiamento das moradias construídas e a diminuição do déficit habitacional. O principal órgão gestor deste plano foi o Banco Nacional de Habitação (BNH), empresa pública com a função de fiscalizar e regulamentar a atuação dos agentes do sistema. O SFH teve um significativo desempenho durante o regime militar, financiando 400 mil habitações no período de 1976 a 1982,

No entanto, o sistema foi incapaz de atender às populações de baixa renda. Com efeito, somente 33,5% das unidades habitacionais financiadas pelo SFH ao longo da existência do BNH foram destinadas à habitação de interesse social e, dado que o valor médio dos financiamentos de interesse social é inferior ao valor médio dos financiamentos para as classes de renda mais elevada, é lícito supor que uma parcela ainda menor do valor total dos financiamentos foi direcionada para os primeiros. (Santos, 1999, p. 19)

De acordo com Cardoso *et al* (2011), entre 1986 e 2003 a política habitacional em âmbito federal apresentou fragilidades e desarticulação, o que impossibilitou sua estruturação eficaz. Em 1986, após a extinção do BNH, ocorreu um processo crescente de municipalização do enfrentamento a questão habitacional. A década de 1980 foi marcada pela redemocratização após o fim da ditadura e na agenda de lutas estava pautada a Reforma Urbana². Um dos aspectos da Constituição Federal de 1988, fruto do processo de lutas, foi a descentralização administrativa, o que explica o processo de municipalização. Além desse processo, nesse período também destacou-se a atuação de associações e cooperativas, como,

por exemplo, a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária - SEAC no governo de José Sarney (1985-1990) e o setor privado, com o Plano de Ação Imediata Habitacional, durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), que não apresentaram resultados relevantes. Já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) apesar da ocorrência de uma reforma do setor habitacional, esta ficou restrita ao âmbito institucional, não se expandindo para elaboração e articulação de programas habitacionais.

Esse quadro sofreu alterações com a Política Nacional de Habitação instituída em 2004. A PNH se baseia: nos princípios da participação popular, do planejamento e da integração das políticas urbanas propondo a articulação entre os diversos níveis governamentais para suprir o déficit de 7,2 milhões de moradias (PNH, 2004). Para isso foi criado o Ministério das Cidades (MDU), órgão responsável pela política setorial de habitação. No que concerne ao financiamento, tem-se o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) que visa garantir linhas de financiamento e o repasse de recursos para os estados e municípios, através da arrecadação de impostos. A PNH responde as demandas das décadas passadas e lista como principais objetivos:

Universalizar o acesso à moradia digna (...), promover a urbanização (...), regularizar os assentamentos precários à cidade (...), fortalecer o papel do Estado na gestão dessa Política (...), tornar a questão habitacional uma prioridade nacional (...), democratizar o acesso a terra urbanizada (...), ampliar a qualidade e a produção de moradias e dinamizar a economia através da geração de empregos (PNH, p.31, 2004).

Em 2007 o governo federal lança o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) destinado a promover o crescimento econômico, sendo que na área habitacional privilegia-se a urbanização de favelas. A moradia se inscreve nas relações capitalistas e por isso é uma parte que expressa o todo da crise capitalista. Se pensarmos a crise de 2008, esta emerge na principal potência mundial capitalista, os Estados Unidos, e eclode como uma crise econômica mundial. Harvey (2011) nos ajuda a compreender o cerne da crise, sob a égide do capital financeiro, onde desde o final da década de 90 o país vinha apresentando um consumo cada vez maior, junto a um maior número de hipotecas e refinanciamento de moradias. Tendo em vista este aspecto, com o valor das propriedades cada vez mais alto ocorreu uma capitalização do setor financeiro, o que posteriormente fez explodir a chamada “bolha imobiliária”. Isso fez com que o valor das propriedades despencasse e a crise se expandisse para outros setores da economia, atingindo também outros países³. A crise das hipotecas levou ao desmantelamento de bancos de investimento, acarretando o congelamento do

mercado global de créditos e empréstimos, além disso, em longo prazo também afetou outros setores como o de importação, onde se insere a economia brasileira. Sem a intenção de aprofundar a temática, registra-se que a saída da crise envolveu recursos públicos injetados diretamente no setor privado em torno de 700 bilhões de dólares foram destinados do tesouro norte-americano para amortizar a crise. Em referência ao restante do planeta as repercussões foram inúmeras em um contexto de crise que se arrastou durante os anos seguintes e que até o momento atual não permitiu a recuperação total do capital dentro da crise estrutural. O novo contexto, que vinha se construindo desde meados da década de 1970, é do capitalismo contemporâneo centrado no capital financeiro, ou seja, a fusão de monopólios bancários e industriais.

Nesse contexto de crise, em 2009, a partir dos investimentos para o setor habitacional, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida. O programa é gerenciado pela Caixa Econômica Federal e objetiva atender a demanda das famílias com renda de até 10 salários mínimos impactando a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pelas construtoras (CARDOSO, ARAGÃO, ARAUJO, 2011). O programa, operacionalizado a partir da alocação de recursos da União e do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), gestado também pela CEF, tem a proposta inicial da construção de dois milhões de moradias, mobilizando um alto volume de subsídios, num total de 34 milhões de reais para efetivação deste plano e tem como prioridade as famílias de 0 a 3 salários mínimos. Após alocar recursos, os estados e municípios cadastram a demanda e indicam as famílias para o sorteio por meio da seleção pelo cadastro único. As construtoras apresentam os projetos a CEF, e após a aprovação a Caixa contrata a operação, acompanha o processo de construção e ao final realiza a comercialização do empreendimento⁴.

Até 2012, o déficit habitacional era de 8,53%⁵ (5,24 milhões de residências) de acordo com o IPEA, que apesar de ter diminuído em relação aos anos anteriores ainda representa uma alta porcentagem. Realizado a partir da parceria público privado, o programa não foge a lógica macroscópica capitalista, logo as famílias de 3 a 10 salários mínimos são colocadas como principais beneficiadas do programa devido a maior geração de lucros. Conforme Arantes e Fix (2009):

O déficit habitacional urbano de famílias entre 3 e 10 salários mínimos corresponde a apenas 15,2% do total (dados da Fundação João Pinheiro para o ano 2000), mas receberá 60% das unidades e 53% do subsídio público, (...). Essa faixa poderá ser atendida em 70% do seu déficit, satisfazendo o mercado imobiliário, que a considera mais lucrativa. Enquanto isso, 82,5% do déficit habitacional urbano concentra-se abaixo dos 3 salários mínimos,

mas receberá apenas 35% das unidades do pacote, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa. (ARANTES; FIX, 2009, p. 4)

Nesse contexto, os limites das políticas habitacionais anteriores é resgatado sob novas dimensões e particularidades. Em suma, o programa é implantado sob um novo contexto de crise, mas novamente, apesar de ter como prioridade as Habitações de Interesse Social, não são estas, na prática, as atendidas majoritariamente. Além disso, Cardoso *et al* (2011) chama atenção para o fato de serem utilizados argumentos semelhantes no MCMV aos utilizados na implantação do BNH, como o impulsionamento da economia pelos efeitos multiplicadores gerados pelas construtoras e a geração de empregos decorrente disso.

O empreendimento Parque das Águas, localizado em Juiz de Fora (MG) e iniciado em 2009 após acordo firmado entre a prefeitura e a CEF, é um caso ilustrativo para análise do PMCMV no contexto de uma cidade média⁶. O empreendimento é o maior da cidade, ultrapassando o limite máximo do programa de 500 residências. Sobre a realidade do PMCMV em Juiz de Fora, Cassab e Pinto (2013) assinalam:

Organizado pela lógica do mercado, tendo como executores, as construtoras privadas, a localização e a tipologia do imóvel, não são elementos definidos como parte da estratégia municipal de desenvolvimento urbano ou mesmo pela demanda organizada da sociedade. Ao transferir para a iniciativa privada as decisões relativas à provisão habitacional o Programa estipula o protagonismo do capital na medida em que são as construtoras que decidem onde construir, o quê e como. É assim que a ação do capital vai definindo novas espacialidades das classes sociais no tecido urbano da cidade. (CASSAB, PINTO, 2013, p. 6)

Nesse aspecto, coloca-se em questão a opção política que rege a construção desses empreendimentos, a qual se vincula a interesses econômicos de grupos dominantes, centradas na relação de custo-benefício, para superação da crise econômica. É importante a reflexão sobre o MCMV e sua relação com a PNH, tendo em vista que a mesma visa a garantia de que a provisão habitacional, especialmente para as faixas de menor renda, ocorra em áreas urbanizadas, localizadas no interior das porções consolidadas da cidade e que estas sejam acompanhadas de equipamentos públicos adequados (PNH, 2004). É interessante notar a concepção ampliada de moradia presente na PNH, e o entendimento desta como direito garantido constitucionalmente e dever do Estado. Concordamos com esta concepção que abrange não apenas o espaço físico restrito da casa, mas que entende que a moradia deve ser:

“Digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais;” (PNH, 2004, p. 30)

O que se verifica com estas breves anotações sobre a trajetória da Política de Habitação Popular no Brasil desde a década de 1970 é que ela encerra as contradições que configuram as respostas institucionais no capitalismo. Ainda que a legislação apresente importantes avanços no que se refere à concepção de moradia a representação das políticas/programas vão ser determinadas pelas exigências do capital e seu movimento de acumulação. Em última instância, o que unifica a trajetória das políticas setoriais de habitação no país são descontinuidades, fragilidades e centralmente não respondem ao grave quadro da demanda por Habitação de Interesse Social.

Parque das Águas: um desenho das contradições

O empreendimento Parque das Águas localiza-se no Bairro Monte Castelo, na região Norte da cidade de Juiz de Fora (MG) e teve início em julho de 2012; atualmente abriga em média 550 famílias. Neste local realizamos nosso recorte empírico feito no período de novembro de 2014 a abril de 2015 e o trabalho de campo foi o instrumento principal para alcançar os objetivos propostos. Para isto, o diagnóstico da prefeitura de Juiz de Fora sobre as famílias beneficiárias moradoras do loteamento Parque das Águas realizado no período de 2012 a 2013, serviu como base para o cálculo da amostra adotada. No universo de 565 famílias residentes, o diagnóstico foi feito com uma amostra de 33,45% desse total, já a presente pesquisa abrangeu 36% desta amostra, o que corresponde a 69 questionários aplicados. Estes eram abertos e continham dez perguntas quali-quantitativas, das quais se inserem o perfil dos moradores, das famílias, a sua relação com o empreendimento e com o mercado de trabalho.⁷ O objetivo dos questionários foi buscar, via a construção de um perfil dos moradores, elementos que pudessem conectar sua condição de trabalhador inserido no mercado de trabalho e sua condição de cidadão que usufrui de bens e equipamentos coletivos reconhecidos constitucionalmente como configuradores de sua condição de cidadania.

O perfil geral dos entrevistados demonstrou a prevalência de mulheres contempladas pelo programa, que segundo informações da Caixa Econômica Federal correspondem a 80% do total de beneficiados. Os resultados da pesquisa demonstraram que 76% dos entrevistados eram do sexo feminino. Este dado está amparado nos dispositivos legais presentes no programa, que tem como prioridade o atendimento a famílias que tem mulheres como chefe do lar. Ademais, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei 12.693 em março de 2012, a qual prevê que em caso de divórcio ou separação da união estável, a moradia financiada deve permanecer com a mulher. Já em relação à idade dos entrevistados esta variou de 14 a 73

anos, com uma concentração de 44 entrevistados na subfaixa de idade adulta, que varia de 30 a 65 anos.

O local de proveniência dos moradores ficou concentrado majoritariamente nas regiões Norte e Leste da cidade, onde há disponibilidade de terras e concentração de pobreza. Este dado nos leva a reflexão sobre a tendência do PMCMV em apresentar disparidades em relação a PNH quando esta determina a garantia de que a provisão habitacional, especialmente para as faixas de menor renda, ocorra em áreas urbanizadas, localizadas no interior das porções consolidadas da cidade (PNH, 2004). Uma destas disparidades, dentro desta referencia, é o processo de periferização nas habitações de interesse social, que em sua maioria são construídas longe do polo urbano, devido ao fato dos terrenos apresentaram custos mais baixos, à especulação imobiliária e ao difícil acesso a terrenos de grande porte nas regiões centrais. Estudos desenvolvidos pelo NUGEA nos autorizam a dizer que as regiões Norte e Leste de Juiz de Fora são caracterizadas pela prevalência de famílias que tem renda de até um salário mínimo, o que confirma nossa hipótese.⁸

As famílias são constituídas, em média, de 3 a 5 pessoas por casa, sendo que 43 do total de entrevistados se enquadraram nesse perfil, o que nos faz questionar se a estrutura padronizada da casa, que contém dois pequenos quartos, comporta esse número de moradores. Cabe aqui destacar, o conjunto João Candido, construído em 2014 pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que após pressão sobre a prefeitura da cidade de Taboão da Serra (SP), criaram o MCMV Entidades, que realiza a construção de empreendimentos por organizações e movimentos sociais dos trabalhadores. A construção de moradias pelas mãos dos próprios trabalhadores garantiu um processo de construção adequado as necessidades dos moradores, uma maior amplitude do espaço das casas, além da garantia de equipamentos públicos por parte da prefeitura, o que demonstra o entendimento do ato de morar para além do espaço da casa.⁹

Quanto ao número de estudantes e empregados, das 69 casas, 60 possuíam de 0 a 2 estudantes, sendo apenas 1 morador do total de casas no ensino superior. Em relação a empregabilidade, 57 casas estavam na faixa de 0 a 2 empregados, com uma prevalência de 2 empregados por casa.

Quando questionados sobre a motivação para inscrição no programa, 44 dos entrevistados afirmaram querer sair do aluguel, citando o sonho da casa própria, incentivado pelo próprio programa em suas propagandas. Um elemento a ressaltar é que mesmo estando insatisfeitos com determinados problemas no local, alguns moradores afirmaram que o fato de

ter a casa própria prevalecia sobre qualquer problema relacionado ao acesso a equipamentos públicos. Para estes sujeitos, seus direitos sociais acabam sendo inviabilizados e invisibilizados pela ideia de que sua cidadania relaciona-se diretamente e exclusivamente a possibilidade de ser proprietário de um imóvel, de usufruir da condição de proprietário.

Quanto à satisfação com o programa, as respostas trouxeram elementos para problematizar o acesso das famílias aos equipamentos públicos. Perguntados sobre a satisfação, na imediaticidade da pergunta a maioria dos entrevistados afirmaram estar satisfeitos, porém, quando eram explicitados os elementos determinantes para essa satisfação, a resposta se alterava. O alto número de moradores insatisfeitos, sendo este composto por 47 do total de entrevistados (68.11%), reflete alguns dos problemas apresentados pela implantação do PMCMV no local. Os dois gráficos abaixo ilustram os elementos de insatisfação:

Gráfico 1

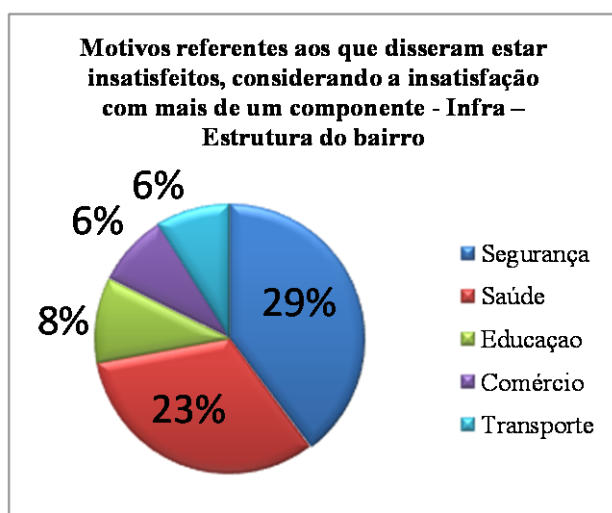


Gráfico 2



FONTE: Questionário aplicado entre novembro de 2014 e março de 2015 com moradores do Condomínio Parque das Águas – PMCMV por alunas da Faculdade de Serviço Social/UFJF.¹⁰

Destaca-se a insatisfação com a segurança no bairro. Os moradores relataram a falta de policiamento no bairro, o tráfico de drogas e chamaram atenção para a forma como são selecionados os beneficiados do programa. O mecanismo de sorteio coloca moradores de diferentes bairros no loteamento, o que leva a conflitos devido a rixas de bairros, como relatou uma moradora durante as entrevistas realizadas:

“A segurança aqui é péssima porque fora que aqui eles misturaram pessoas de tudo quanto é bairro, pessoas de tudo quanto é tipo e assim minha cerca tá quebrada porque foi esse pessoal que quebrou, esse pessoal que usa droga que mexe com droga. Eles tentaram arrancar minha cerca pra vender minha cerca.(...) A prefeitura acho que fez uma coisa muito mal feita acho que já deu a casa assim, tinha que ter dado a casa pelo menos com a metade do muro pra pessoa começar a fazer o resto.” (Entrevistada 05)

A saúde também foi mencionada várias vezes como grande problema do loteamento, principalmente para famílias com pessoas que apresentaram debilidades de saúde e familiares portadores de necessidades especiais. Os postos utilizados, a UAPS do bairro Monte Castelo e a UPA de São Pedro, além de serem distantes, não atendem de forma satisfatória os moradores:

“A questão de saúde aqui não tem. Porque o único posto que atende aqui é o do Monte Castelo que já atende o Monte Castelo, Carlos Chagas, Jardim Cachoeira (...) Ou seja, são 10 consultas, 3 já são agendadas, sobra 7 pra esse povo todo então não tem condição.”(Entrevistada 02)

O comércio no local é ausente, alguns abrem o próprio comércio, porém a preços mais altos, o que gera a insatisfação dos moradores. Os ônibus apresentam atrasos e horários desregulados. Por fim, a escola só atende até o ensino fundamental, o que deixa de fora os adolescentes e as crianças menores de idade, que estão à espera de uma creche.

A relação dos moradores com o mercado de trabalho foi um ponto importante para entender a relação dos entrevistados com a sua condição de cidadão, no entendimento do trabalho como elemento necessário para inserção dos sujeitos nas relações sociais e desenvolvimento destas na sociedade atual, tomando-o como mediador central para essa relação. Chamou atenção o fato de que do total de empregados, todos estão no setor de serviços, seja com vínculos formais ou informais de trabalho. Considera-se que nas últimas décadas constatou-se a expansão do setor de serviços em detrimento do setor industrial, dentro do contexto de reestruturação produtiva (IAMAMOTO, 1999).

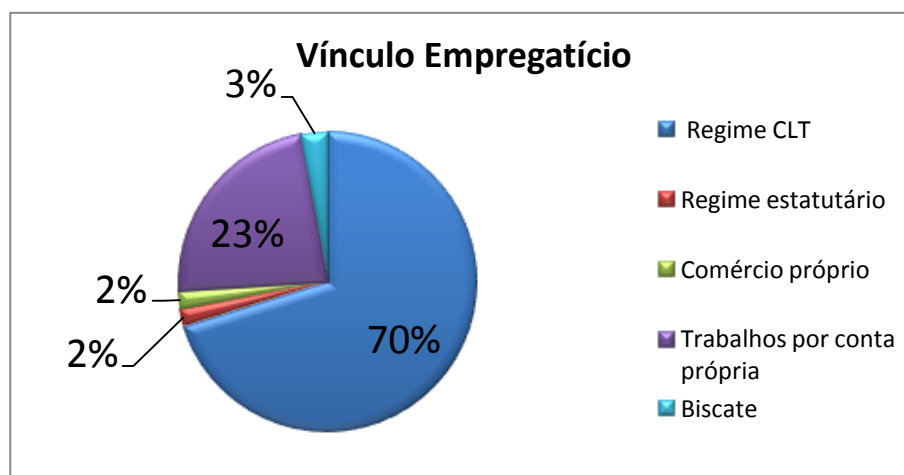
Analisando os grupamentos de atividade e a composição dos seus trabalhadores, segundo a forma de ocupação, observou-se que a indústria e os serviços prestados às empresas são os grupamentos que têm os maiores percentuais de trabalhadores com carteira assinada dentre seus ocupados: 69,7% e 70,4%. (IBGE, 2012, p. 13)

Das 69 casas, há um total de 104 pessoas trabalhando, 73 dessas no regime CLT. Apesar de a maioria ter vínculo empregatício não precário, os entrevistados estão inseridos em profissões que demandam pouca ou nenhuma formação profissional e se inserem nos

níveis salariais mais baixos, como serviços gerais, faxinas, serventes de obras e caixas operadores. A superação dessa inserção é obstaculizada, em primeira instancia, pela inserção produtiva dos sujeitos. Ademais, também destaca-se a inserção quase nula dos sujeitos no ensino superior em uma sociedade que exige cada dia mais formação certificada e maior especialização da mão de obra para determinados empregos. No entanto, ao mesmo tempo em que demanda essa especialização, também demanda mão de obra sem qualificação profissional para o exercício de determinadas funções, nas quais estes moradores se enquadram. Logo, muito mais que mera estabilidade no emprego, os trabalhos regidos pela CLT também reproduzem a condição de pauperização dos sujeitos. Como consequência, estes, desprovidos de “qualificação” e inseridos em condições de negação da sua cidadania são empurrados para os setores mais subalternos.

Apenas duas das entrevistadas são servidoras públicas, como técnicas de enfermagem. As outras 29 pessoas sem carteira assinada têm vínculos de trabalho ainda mais precários, trabalhando por conta própria ou fazendo “bicos”. Outros abrem o próprio comércio no local, mas afirmam não ter um bom retorno financeiro. Abaixo a relação dos vínculos empregatícios:

Grafico 3



FONTE: Questionário aplicado entre novembro de 2014 e março de 2015 com moradores do Condomínio Parque das Águas – PMCMV por alunas da Faculdade de Serviço Social/UFJF.

1. TRABALHO E CIDADANIA NO DIREITO A CIDADE

Marx *apud* Antunes (2013) considera o trabalho, desde seus primórdios, a transformação da natureza realizada pelo homem com o objetivo de garantir sua subsistência.

O elemento diferenciador do trabalho executado pelo homem é sua capacidade teleológica, isto é, sua capacidade de idealizar a finalidade do trabalho para posteriormente realizá-la, superando o mero instinto que direciona a sobrevivência de outros seres. Além do domínio sobre a natureza, o processo de trabalho implica o desenvolvimento da consciência e dos sentidos humanos. Nesse aspecto, o homem, ao ampliar seu acervo de instrumentos, amplia o domínio sobre a natureza e sobre si mesmo.

Como afirma Barroco (2010) o desenvolvimento da atividade laborativa dos homens desenvolveu mediações mais complexas ao longo do tempo, entre as quais destacam-se a liberdade, a universalidade e a sociabilidade. Para o presente estudo, destaca-se a importância do desenvolvimento da sociabilidade, na medida em que esta permite a efetivação do trabalho coletivo realizado pela cooperação entre os homens, permitindo também a interação entre esses homens. É nesse contexto que o trabalho, mais do que meio para satisfação de necessidades imediatas, torna-se também meio para criação de novas necessidades, para interação humana e pertencimento social. O que importa destacar é que o trabalho configura-se como ordenador central das relações sociais humanas.

A reestruturação produtiva que substituiu o modelo de acumulação fordista-taylorista por uma acumulação flexível na década de 1970 acarretou mudanças extremas no mundo do trabalho. Este, diferente do contexto anterior, heterogeneizou-se, e passou a ser conformado por relações de trabalho mais precárias. O ideário neoliberal foi uma importante ferramenta de consolidação para reestruturação capitalista, trazendo consigo a discussão da perda da centralidade do trabalho, com o argumento de que novas questões estavam postas em cena, rompendo com qualquer perspectiva de totalidade e universalidade. Contudo, ressalta-se que por mais que o mundo do trabalho tenha sofrido impactos profundos ao longo das últimas décadas este ainda é o meio de sobrevivência da classe que dele vive, por mais precárias que sejam as condições e relações de trabalho. Logo, o trabalho não perdeu sua centralidade, pois ainda é o mediador principal para as relações sociais que conformam a sociedade.¹¹

Na fase pré-capitalista surge a concepção de cidadania como fruto da estratificação da população, participação de um grupo da população nos debates públicos do seu espaço, seja cidade ou nação. No desenvolver da história da humanidade a discussão de cidadania absorveu aspectos presentes na conjuntura de seu tempo que são fruto das relações sociais que se estabelecem no momento histórico e são determinantes da relação do indivíduo com o outro e sua volta.

A concepção de cidadania não revela de imediato sua ligação com a organização da produção – a formatação do trabalho – e as relações sociais estabelecidas a partir dessa. Desse modo, fica descolada do campo do trabalho encobrindo o cerceamento real presente na concepção de cidadania. Essa fissura entre cidadania e relações de produção são contempladas por Wood (2007):

De tal modo, esta concepção de cidadania focaliza meramente o poder político, abstraindo-o das relações sociais ao mesmo tempo em que apela a um tipo de cidadania passiva na qual o cidadão é efetivamente despolitizado. (WOOD, 2003, p. 4)

Sob a conjuntura da burguesia nascente, a modernidade apresenta forte apelo ao ideário da liberdade e da igualdade de direitos trazendo a tona elementos de aspectos individuais e civis que vão ser incorporados à concepção de cidadania, como direitos de ir e vir, e demais que são de cunho civil-individual. Ao longo das transformações do mundo a cidadania ainda é vista atrelada à direitos, mas com uma perspectiva diferente pois os direitos passam a ser vistos fora da perspectiva política e vinculados a perspectiva individualista. Marshall (1967) nos aponta que há três esferas que compõem a cidadania:

Chamarei essas três partes, ou elementos, de civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça(...) Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício como membro de um organismo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e os conselhos de Governo local. O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p. 63)

É importante ressaltar que as mudanças na concepção de cidadania não são unilaterais, mas se configuram através da luta de classes. De um lado tem-se a classe trabalhadora em suas representações combativas disputando espaço para colocar suas pautas e de outro a absorção dessas pautas pelos interesses burgueses para a expansão dos negócios capitalistas.

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico. (COUTINHO, 2000, p. 42)

Uma vez que a cidadania incorpora elementos sociais fica implícito a sua ligação com o campo econômico, já que o trabalho permite o acesso ao poder aquisitivo. O acesso aos

bens sociais produzidos é possibilitado pelo salário ganho através da realização de trabalho e essa realização se constitui como mercadoria especial que é possibilitadora do acesso as demais mercadorias necessárias à reprodução da força de trabalho. Desta forma, o trabalho se constitui como engrenagem para o funcionamento do capital, de certo modo afastando as pessoas da cidadania plena, ou seja, da participação real no acesso aos meios de vida produzidos socialmente.

Os elementos que compõem a cidadania vão se modificando de esfera e sendo cooptados pelo capital a fim de que a grande engrenagem permaneça funcionando e rendendo lucros às custas da desigualdade. Em um contexto de expansão da produção em que se têm mercadorias de vários tipos, formatos, cores e formas se faz necessário o estímulo ao consumo, já que a burguesia se constitui da menor parte dos homens não dando conta de consumir e fomentar o mercado. Desta maneira a cidadania é composta no momento atual pelo acesso ao consumo, ou seja, o pertencimento social fica refém do quanto se pode consumir e do acesso às tecnologias e bens produzidos.

Na formação das cidades há a ação paralela e perpendicular das empresas e do Estado, pois é na moradia que se realiza as ações básicas e fundamentais para a reprodução da força de trabalho tão necessária ao capital. Investir em moradia não é interesse exclusivo dos indivíduos que precisam morar, mas elemento necessário à lógica capitalista para que mantenha viva a força de trabalho a fim de produzir, prestar serviços ou fazer pressão à massa trabalhadora na posição de sujeito à mercê do mercado de trabalho. Não apenas aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, a moradia se torna lucrativa também quando uma rede de serviços e produtos são destinados à esta seja nos terrenos, no material de construção, mão de obra trabalhadora e qualificação dessa mão de obra até os eletrodomésticos e os materiais de limpeza para esta.

De forma a garantir os lucros do capital e ampliar sua expansão de serviços prestados, serviços pertencentes à reprodução humana como saúde, educação, transporte, lazer e a moradia são atendidos pela esfera pública de forma restrita para os que tem capacidade baixa de consumo. O Estado então oferece serviços de má qualidade e com pequena extensão de atendimentos, a fim de suprir a necessidade dos que tem pouco acesso ao consumo e manter viva a força de trabalho, deixando para a esfera do mercado a satisfação de outras necessidades. Conseqüentemente, o pertencimento à sociedade e acesso aos bens de consumo coletivo são legitimados enquanto mercadorias, enquanto valor de troca e o quanto se pode usufruir do dinheiro em que o acesso é pelo trabalho. Não é pela via do trabalho árduo e

sacrificial que se pode ter maior ou menor acesso aos bens, isso se dá pelo privilégio de classe. “Nesse sentido, estabelece-se uma estreita relação entre o acesso à habitação e o nível de renda da população. Sendo um objeto de consumo, uma mercadoria, a habitação”. (PINTO, 2005, p. 92)

O pertencimento social é solapado pela ideologia presente do cidadão consumidor, o acesso ao consumo é limitado e os serviços públicos são inexistentes ou de má qualidade e cobertura restrita. É desta forma que a cidadania é limitada e absorvida pelos interesses do capital e o Estado enquanto árbitro da sociedade privilegia os interesses capitalistas em detrimento da população trabalhadora.

Considerações finais

Os estudos realizados em torno do PMCMV nos autoriza assinalar algumas considerações e enfrentar algumas questões. Uma das questões é o crescimento do setor de serviços como modalidade central de absorção de mão de obra e do processo de acumulação do capital, que carece de aprofundamento teórico, estudos empíricos e reflexão.

Um ponto que merece atenção posterior, diante dos limites dos estudos até aqui desenvolvidos, é que apesar de não ter recolhido a idade do total de moradores de cada casa, pudemos observar que a maioria das casas tem menores de 5 anos de idade. Essa consideração pode se enquadrar em uma das justificativas para o fato de não convergir a média do número de moradores com o número de estudantes e empregados. Ademais, a escola recentemente aberta no loteamento funciona até o ensino fundamental, o que coloca dificuldades aos jovens para o acesso ao ensino médio. Além disso, estes acabam ficando responsáveis, usualmente, pelo cuidado com as crianças, que ainda não tem acesso creche no local, pois esta está em processo de finalização da construção. Estas suposições, no entanto, nos levam a entender a necessidade de uma pesquisa mais profunda para confirmação desta hipótese.

Além da questão da periferização, mencionada na análise acima, o residencial Parque das Águas já ultrapassa o limite estabelecido pelo programa de 500 unidades habitacionais, tendo atualmente mais de 550 unidades. Além desse fator, outro condomínio do PMCMV, Nova Germânia, fica próximo do loteamento Parque das Águas gerando um aglomerado sem a estrutura necessária.

A ausência/precariedade dos equipamentos públicos e das condições de moradia no local gera grande insatisfação por parte dos moradores. Ressalta-se como a lógica da

lucratividade predomina sobre a lógica do direito, pois a escolha dos materiais para construção das habitações de interesse social é pautada na efetivação do alcance do objetivo primordial, o lucro, em contraste com a qualidade da moradia que irá ser oferecida. Considerando que a terra se torna um bem passível de acumulação, o Estado aparece como agente essencial no alcance dos objetivos do capital, na medida em que garante a infraestrutura necessária para construção feita por parte das empreiteiras. Esta lógica não desvincula-se do contexto societário neoliberal, onde vive-se a cidadania do consumo, a premissa para cidadania se efetiva através do consumo de mercadorias e não mais da garantia de direitos por parte da esfera estatal.

A grande porcentagem de insatisfação com a segurança teve a questão de diferentes proveniências dos moradores como um dos fatores determinantes para o ocasionamento de uma convivência tensionada. Nesse aspecto, ressalta-se que a Política Nacional de Habitação prevê a recuperação das moradias em seus próprios locais de construção, preservando os vínculos sociais e territoriais dos moradores. Além do PMCMV não disponibilizar essa recuperação, o mecanismo de sorteio que coloca moradores de diferentes bairros em um mesmo local cria situações de conflito e gera uma dificultosa reconstrução de suas identidades territoriais. Esse fator também se apoia em um controle de classe, pois a perda das identidades leva a dificuldades de convivência e reconhecimento com os outros moradores. Essas dificuldades somadas ao fato dos moradores estarem inseridos em um mesmo espaço permite uma maior facilidade no controle de seus modos de vida.

As condições de vivência acabam não permitindo a inversão dessa situação, já que a única associação de moradores do bairro, incentivada pela EMCASA e fundada pela primeira moradora do empreendimento, e que poderia ser um instrumento de integração, não parece ter aderência dos moradores de acordo com os entrevistados. A construção da escola, segundo moradores, só foi garantida pela insistência da presidente da associação de moradores, no entanto, a saúde ainda coloca-se como um problema para os moradores que necessitam dela com mais frequência, pois os postos de saúde além de serem distantes, já atendem muitos bairros e por esse motivo sofrem saturação. Além dos equipamentos públicos, o comércio também se mostrou outro elemento que dificulta a subsistência dos moradores no bairro, que só conseguem comprar alimentos e outros elementos de subsistência no loteamento pelo dobro ou mais do preço, em comércios adaptados nas próprias casas dos moradores. Por fim, o transporte público também foi mencionado como um problema devido a atrasos e horários desregulados. Percebemos que a moradia se coloca no programa como uma mercadoria

“concedida” a população pela “benevolência do Estado”, não havendo o reconhecimento da perspectiva de direito a moradia, tampouco sua concepção ampla como prevê a Política Nacional de Habitação a qual prevê o acesso a equipamentos públicos, a saneamento básico e estrutura adequada. Apesar dos moradores apresentarem insatisfações, estes faziam comparações com as moradias anteriores e, por isso, se diziam satisfeitos:

“Tá muito bom, pra quem morava em um barraco né.” (Entrevistada 07)

Conclui-se que o PMCMV sofre um processo de mercantilização nas mãos da iniciativa privada e do capital. Este dissemina e fomenta o sonho da casa própria e da moradia como mercadoria na sociedade, e os capitalistas se apropriam do lucro gerado na construção civil. Por este lucro não advir majoritariamente das camadas mais baixas, mas sim das médias, as moradias de interesse social são construídas muitas das vezes em condições precárias, com os materiais mais baratos, o que ocasiona problemas estruturais nas moradias.

É interessante notar a relação entre a negação do acesso dos direitos sociais e a inserção em profissões subalternas dos entrevistados, o que de certa forma é mascarada por dois tipos de estabilidade sentida pelos sujeitos, a primeira em relação a propriedade da moradia e a segunda relacionada a segurança no emprego pela carteira assinada. Esta relação demarca a contradição existente, pois ao mesmo tempo em que possuem um trabalho, os sujeitos não podem garantir sua reprodução material através deste.

É inegável que o PMCMV possibilitou a garantia de moradia a milhões de pessoas. Apesar de algumas condições precárias, alguns moradores consideram satisfatório o fato de ter a casa própria, outros veem o sonho tornar-se pesadelo com os inúmeros problemas constatados no espaço de suas habitações. Faz-se necessária participação social na construção e efetivação da política habitacional e na sua implementação como, por exemplo, o MCMV entidades. Para isso é preciso resgatar a perspectiva de direito a moradia e disseminá-la entre os constituintes do déficit habitacional, fazendo-os enxergar para além de sua condição como beneficiários do programa, mas sim como cidadãos na efetivação de seus direitos, para que se possa construir democraticamente um programa habitacional realmente voltado para o interesse social da população. É necessário remar contra a corrente hegemônica, donde a ofensiva neoliberal fortalece cada vez mais a iniciativa privada restringindo o papel do Estado a agente regulador em nome das classes dominantes.

Destaca-se a questão habitacional, como expressão da questão social intrínseca ao Modo de Produção Capitalista e condição para compreender que a propriedade privada da terra é garantida àqueles que ocupam as posições dominantes na sociedade e por este motivo a

segregação espacial é elemento central, produzindo e reproduzindo-se na dinâmica societária, segregando não só espacialmente, mas socialmente e politicamente. Em suma, a inserção produtiva dos sujeitos, perpassa também sua inserção social como cidadãos portadores de direitos, o que, no entanto, não aparece aos sujeitos como elementos de pertencimento social, devido ao contexto em que estão inseridos. Logo, não só suas condições de trabalho são precárias, pautadas na superexploração, mas também seu acesso a direitos sociais básicos, garantidos constitucionalmente devido a lutas históricas, mas não materialmente.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. (Org.). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 13-29.

ARANTES, Pedro Fiori; FIX, Mariana. *Como o governo lula pretende resolver o problema da habitação: alguns comentários sobre o pacote habitacional minha casa minha vida*. São Paulo: 2009. Disponível em:

<http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=297:como-o-governo-lula-pretende-resolver-o-problema-da-habitacao&catid=40:materiais-sobre-politica-de-habitacao&Itemid=68> Acesso em: 17/12/2014.

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 25-33.

BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da Habitação Social no Brasil*. *Análise Social* vol. XXIX (127), 1994, p. 711-732.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretária Nacional de Habitação. *Política Nacional de Habitação*. Brasília, 2004. Disponível em:

<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitaacao.pdf>> Acesso em: 15/12/2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Cartilha: Minha Casa, Minha Vida*. Disponível em: <<http://www1.caixa.gov.br/Download/asp/download.asp>> Acesso em: 15/09/2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Minha Casa Minha Vida prevê a entrega de 2 milhões de casas até o final do ano*. 2014. Disponível em:

<<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=904>> Acesso em: 20/06/2015.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *O que é o Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR*. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx/index.asp>> Acesso em: 30/06/2015.

CARDOSO, Adauto Lucio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; ARAUJO, Flávia de Sousa. *Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano*. XIV Encontro Nacional da Anpur, Rio de Janeiro: 2011, 20 p. Disponível

em:<<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/adautocardoso.pdf>>Acesso em:18/09/2014.

CASSAB, Clarice; PINTO, Marina Barbosa. *O lugar dos pobres na cidade de Juiz de Fora: O Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF*. Revista de Geografia, v° 3, n° 1, Juiz de Fora, 2013, 7 p. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2014/02/Artigo-1-Revista-Geografia-Jan2014.pdf>>. Acesso em: 20/09/2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, M. F.T. *Ideologia e utopia no ocaso da Reforma Urbana no Brasil*. Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/207979145/Ocaso-Da-Reforma-Urbana-Tese-Fatima-Tardin#scribd>. Acesso em 20/10/2014.

HARVEY, David. *O enigma do capital*. Rio de Janeiro: Boitempo editorial, 2010, p. 7-22.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Mensal de Emprego*. 2003-2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Evolucao_emprego_carteira_trabalho_assinada.pdf>. Acesso em: 02/07/2015.

INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA (IPEA). *Estudo aponta redução no déficit habitacional no país*. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20656>. Acesso em: 01/06/2015.

LOCATELLI, Piero. *MTST constrói moradia com as próprias mãos*. Carta Capital, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradia-pelas-proprias-maos-2178.html>>. Acesso em: 01/07/2015.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PINTO, Marina Barbosa. *Movimentos sociais e a construção da cidadania*, 2005. Dissertação (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2005.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. *Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998*. Brasília: IPEA, 1999, 30 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3962&Itemid=2> Acesso em 09/07/2014.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do capitalismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

NOTAS

¹Disponível em: <<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=904>>.

² Para aprofundar a discussão sobre a temática, numa perspectiva crítica e consistente, ver: COSTA, M. F>T> Ideologia e utopia no ocaso da Reforma Urbana no Brasil, tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro, 2012.

Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/207979145/Ocaso-Da-Reforma-Urbana-Tese-Fatima-Tardin#scribd>.

³ Há uma necessidade de reconhecer o caráter sistêmico da ação do capital em âmbito mundial na era imperialista. A repercussão da crise tem alcance mundial, pois se vive o estágio imperialista em que o processo de produção e circulação de mercadorias, exportação, importação e uso do capital financeiro é imbricado e dependente em seu sistema interno, de tal forma que ao sofrer qualquer impacto localizado, este repercute mundialmente, ainda que em graus diferenciados.

⁴Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx/index.asp>>.

⁵Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20656>.

⁶Para aprofundamento da temática ver: CASSAB, Clarice; MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. *Pensando Juiz de Fora e Campo dos Goytacazes a luz do debate sobre cidade média*. I Seminário Internacional Estado, Território e Desenvolvimento: contradições, desafios e perspectivas, UFBA, Salvador (BH), 2012. Disponível em: <www.seted.ufba.br/modulos/submissao/Upload/44178.pdf>.

⁷ Todos os entrevistados realizaram a entrevista voluntariamente e foram escolhidos de forma aleatória. Buscou-se dividir de forma equilibrada os questionários entre as ruas de A e Q, dessa forma foram aplicados: 2 questionários na rua A, 6 na rua B, 6 na rua C, 2 na rua D, 6 na rua E, 6 na rua F, 3 na rua G, 1 na rua H, 3 na rua I, 6 na rua J, 1 na rua K, 9 na rua L, 6 na rua M, 3 na rua N, 1 na rua O, 3 na rua P e 5 na rua Q. É importante destacar que atualmente as ruas possuem seus respectivos nomes, que constam no site da prefeitura de Juiz de Fora, mas para facilitar a exposição dos dados adotou-se o uso de letras. Para melhor apreensão das respostas dos moradores foi utilizado o gravador e em seguida, os dados recolhidos foram sistematizados e tabulados.

⁸ Para maior compreensão da temática e visualização dos mapas de localização da pobreza ver: CASSAB, Clarice; PINTO, Marina Barbosa. “O lugar dos pobres na cidade de Juiz de Fora: O Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF”. Revista de Geografia, vº 3, nº 1, Juiz de Fora, 2013, 7 p.

⁹ Para maiores informações ver: <<http://www.mtst.org/>> e <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/moradia-pelas-proprias-maos-2178.html>>.

¹⁰Os dois gráficos somam 100% e se referem aos 47 entrevistados que afirmaram estar insatisfeitos.

¹¹ Para aprofundar os estudos acerca das mudanças no mundo do trabalho ver: ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

